

INDÚSTRIA MADEIREIRA CATARINENSE E A IMPLEMENTAÇÃO DE PARQUES FLORESTAIS NO SÉCULO XX¹

Michely Cristina Ribeiro

*Universidade Federal da Fronteira Sul, bolsista FAPESC
michelyribeiro@hotmail.com*

Samira Peruchi Moretto

*Universidade Federal da Fronteira Sul
samira.moretto@uffs.edu.br*

Eixo 07: Ciências humanas

Resumo: Este trabalho tem como objetivo contextualizar a criação das Florestas Nacionais de Três Barras e Chapecó atrelada às demandas do setor madeireiro em Santa Catarina. Partindo do viés proposto pela História Ambiental, buscamos analisar como essas unidades foram implementadas em regiões em que a exploração da Floresta Ombrófila Mista foi intensificada no século XX. Para isso, são utilizadas referências bibliográficas que abordam a economia catarinense, com enfoque para a atuação da indústria madeireira, e o Inventário Florestal Nacional - Florestas Plantadas, de 1984. No caso das unidades apresentadas neste trabalho, o aspecto econômico foi determinante na organização desses locais.

Palavras-chave: História Ambiental. Florestas Nacionais. Exploração madeireira.

Introdução

Uma análise atenta à paisagem pressupõe o reconhecimento de que os elementos naturais tomados como objetos de estudo não estão prontamente estabelecidos na natureza, à espera de uma mera descrição. Essa compreensão perpassa tanto pelo fato de que a ação humana interfere na própria materialidade da natureza quanto pela relação subjetiva que se estabelece ao abordar determinada paisagem. Assim, considerando ambos os aspectos, Claval (2004, p. 53) afirma que “as paisagens não foram cegamente construídas por atores tão influenciados pelo momento que não projetassem para o futuro. Cada decisão tomada para

1 Este trabalho faz parte das discussões da pesquisa de mestrado intitulada “Uma História Ambiental das Florestas Nacionais de Três Barras e Chapecó (1944-2000)”. A pesquisa, em desenvolvimento pelo Programa de Pós-graduação em História da UFFS, conta com apoio financeiro da FAPESC, por meio da bolsa de estudos e do Edital de Chamada Pública FAPESC Nº 16/2021.

delimitar os terrenos, abrir uma estrada, erguer uma construção, resulta de especulações sobre o futuro [...]”.

Partindo dessa perspectiva que considera a paisagem enquanto uma construção histórica, este trabalho tem como objetivo contextualizar relação entre a indústria madeireira catarinense e a criação das Florestas Nacionais de Três Barras e Chapecó. Essas unidades, localizadas no estado de Santa Catarina, foram inicialmente instituídas como parques florestais pelo Instituto Nacional do Pinho (INP). A primeira foi estabelecida em 1944, na região do planalto norte catarinense, enquanto a segunda data de 1961, localizada no oeste do estado. A sua classificação e renomeação enquanto Florestas Nacionais ocorreu após a extinção do INP e atribuição das suas funções ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Para isso, buscamos, através da História Ambiental, compreender os diferentes usos desses locais até a criação de ambas.

Para a realização da pesquisa, além da revisão bibliográfica, foi utilizado como fonte o “Inventário Florestal Nacional - Florestas Plantadas”, documento produzido pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e publicado no ano de 1984. Os relatórios apresentam dados referentes aos estados do Paraná e Santa Catarina e, segundo consta nos documentos, o inventário tem como objetivo “prover informações básicas, periodicamente, para se planejar o controle do uso das florestas com abrangência regional ou nacional” (Netto, 1984, p. 34).

Reflorestamento para manutenção do setor madeireiro

O estado de Santa Catarina está inserido na região de abrangência do bioma Mata Atlântica. Tanto a Floresta Nacional de Três Barras, localizada no planalto norte, quanto a Floresta Nacional de Chapecó, na região oeste, caracterizam-se pela presença da Floresta Ombrófila Mista (FOM). Entre outras espécies, essa formação vegetal abriga a *Araucaria angustifolia*, a qual foi amplamente utilizada pela indústria madeireira. Entretanto, antes do desenrolar do processo de colonização desses locais, populações indígenas e caboclas habitavam a região, desenvolvendo nesse ambiente suas atividades de subsistência, como a criação de porcos à solta e colheita da erva-mate (Brandt; Moretto, 2022; Renk, 2006).

No município de Três Barras, a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* instalou, “em 1911, a maior serraria da região da araucária, e segundo vários autores, ‘a maior serraria da América do Sul’” (Carvalho, 2010, p. 128). A região oeste do estado, por sua vez,

vivenciou um crescimento das atividades madeireiras alguns anos depois, mas já atingindo um patamar significativo na primeira metade deste século, havendo, em 1947, 115 serrarias que realizavam o corte de madeira de pinheiro em Chapecó (Nodari, 2012, p. 255).

Na análise da formação econômica de Santa Catarina, Alcides Goularti Filho (2003) enquadra os anos entre 1880 e 1945 como um período de origem e crescimento do capital industrial. Isso se deve pelo conjunto formado pelas frentes pioneiras, que avançavam com o estabelecimento das colônias, pelo extrativismo madeireiro e ervateiro, e pela construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Conforme o autor, o modo de colonização adotado na região oeste, prezando pela subsistência e comercialização dos excedentes, estimulou

[...] desde cedo a formação de um mercado interno, que rapidamente se integrou à economia nacional por meio da ferrovia. Havia um universo de pequenas atividades comerciais e manufatureiras como: mercearias, atafonas, marcenarias, moinhos, fábricas de queijo e salame, fábricas de caixas, sapatos e fundição. Esse regime de produção, baseado na pequena propriedade, permitiu uma acumulação pulverizada e ao mesmo tempo o surgimento de uma diferenciação social, em que alguns colonos mais abastados começaram a subordinar o trabalho e a pequena propriedade, tornando-se grandes madeireiros ou proprietários de frigoríficos (Goularti Filho, 2003, p. 5).

Verificando as exportações catarinenses no início do século XX, Goularti Filho traz dados interessantes sobre o crescimento de diferentes produtos entre os anos de 1915 e 1929. De interesse direto para essa pesquisa, chama a atenção o fato de que o valor exportado de madeira no estado cresceu mais de 22 vezes nesse período. A explicação para esse fenômeno engloba “o início da colonização do oeste e do Vale do Rio do Peixe, o aumento das exportações para Argentina, via Rio Uruguai, e das exportações para o Rio de Janeiro e a construção da ferrovia” (Goularti Filho, 2003, p. 6).

Devido aos lucros proporcionados pela indústria madeireira, havia preocupações sobre a manutenção das atividades do setor, considerando que à medida em que o desmatamento ocorria e movimentava a economia, a área de florestas ainda disponível para exploração declinava. Desta maneira, em 1941, atendendo aos pedidos de empresários do setor madeireiro, foi criado o Instituto Nacional do Pinho (INP). Como alternativa para solucionar a diminuição das áreas florestadas e seu consequente impacto no setor madeireiro, o INP instituiu a criação de parques florestais que serviriam para a silvicultura, inicialmente prezando pelo plantio de araucárias (Carvalho, 2018). Nesse sentido, a criação das Florestas Nacionais de Três Barras e Chapecó pode ser vista como parte das medidas institucionais tomadas para buscar garantir a continuidade do funcionamento da indústria madeireira.

Assim, as atividades de reflorestamento se intensificaram na região, contando também com a presença de empresas privadas que atuavam nesse ramo.

Conforme os dados trazidos pelo “Inventário Florestal Nacional - Florestas Plantadas” (Machado, 1984), a década de 1970 se destaca em relação à área de plantio. Segundo consta no Inventário Florestal Nacional referente às florestas plantadas,

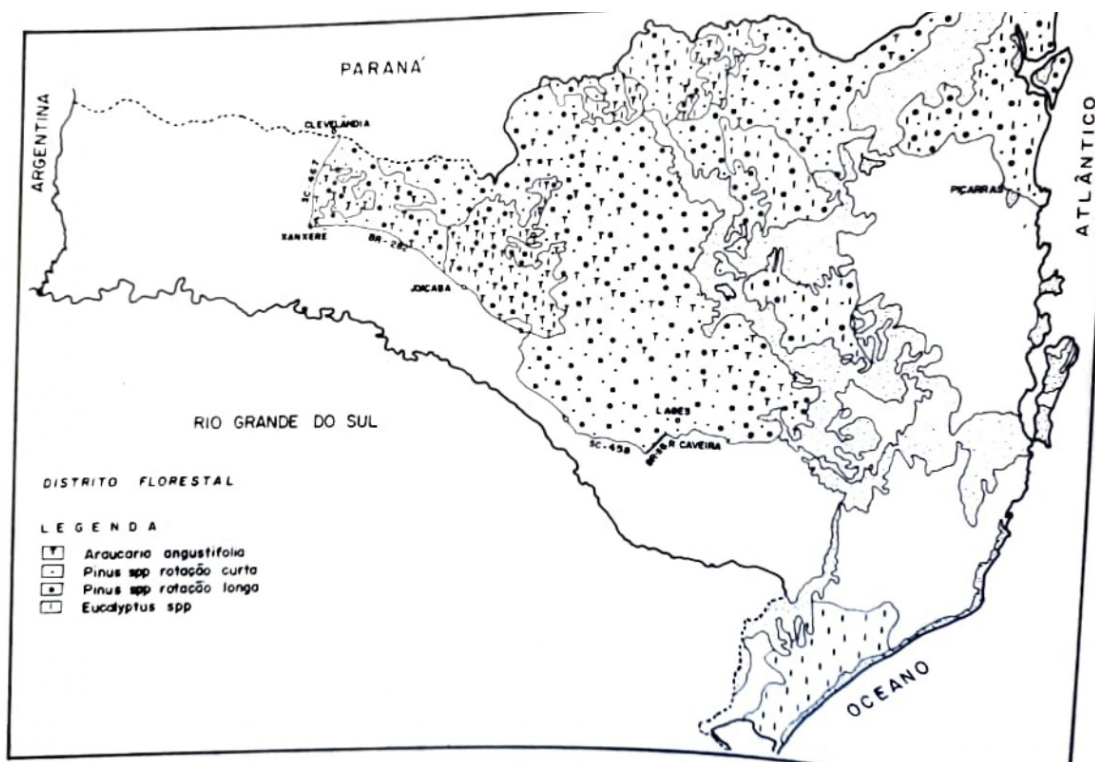
[...] a área total programada em Santa Catarina até 1981 foi de 382.807 ha sendo 139.279 ha pela Lei nº 5.106, 153.321 ha pelo Decreto-lei nº 1.134 e 90.208 ha pela reposição obrigatória. A situação no que se refere a grupo de espécie é a seguinte: *Pinus* spp com 294.857 ha, *Eucalyptus* spp com 20.947 ha, *Araucaria angustifolia* com 40.233 ha, Palmito com 8.532 ha e outras espécies com 18.338 ha.” (Machado, 1984, n.p.).

Entre os dados de área destinados ao plantio de cada espécie, destaca-se que o pinus, o qual lidera as atividades de reflorestamento, e o eucalipto, que ocupa o terceiro lugar nesse mesmo aspecto, são espécies exóticas. A araucária, que corresponde à segunda maior área plantada até 1981, de acordo com o documento, é apenas uma das espécies nativas da FOM que poderiam ser utilizadas para esse fim. Além disso, há uma diferença considerável entre a sua área de plantio para a área de plantio de pinus. A preferência dada ao cultivo de exóticas se relaciona com o período de crescimento de cada espécie, uma vez que a araucária tem um crescimento mais lento e, portanto, as plantações com exóticas, como o pinus, poderiam ser exploradas mais cedo.

Chama atenção o fato de que, por mais que as florestas nacionais tivessem como objetivo, desde a sua criação como parques florestais, a realização de atividades de reflorestamento, com o plantio de espécies que pudessem ser utilizadas pelo setor madeireiro, elas não aparecem diretamente mencionadas no relatório do inventário florestal. Ainda analisando o material disponível neste relatório, também se destaca que há uma delimitação do distrito florestal do estado de Santa Catarina, conforme o mapa da Figura 01. O distrito florestal a que se refere o documento corresponde, principalmente, à região centro-norte catarinense, com o plantio de araucária, pinus e eucalipto. Retomando as questões abordadas por Claval, considerando que o mapa é um documento produzido pelo IBDF, é relevante observá-lo como uma forma de evidenciar o planejamento atrelado à atividade de reflorestamento, sendo que

na nova ótica, levar em consideração os planejamentos é indispensável para a compreensão das paisagens. Pouco importa que a organização resultante seja permanente ou transitória: o que importa é o que ela evidencia quanto às preocupações que a motivaram e às aspirações às quais elas respondem (Claval, 2004, p. 54).

Figura 01 - Mapa do distrito florestal de Santa Catarina, em 1984.



Fonte: Machado, 1984, p. 46.

Mesmo a região oeste tendo destaque na produção de pinho serrado e sendo local de desenvolvimento de atividades de reflorestamento, tanto na Floresta Nacional de Chapecó como através de empresas privadas, não se destaca no documento como relevante para o estado. Em relação à exclusão do oeste como região em que se desenvolve o reflorestamento, vale ressaltar que a região passou a ser destaque economicamente por meio das atividades de agricultura. Conforme Silva e Hass (2017), com a crise do projeto colonizador do oeste após o episódio do linchamento de 1950, a agroindústria foi o setor econômico escolhido pelas elites para, atrelado aos ideais de progresso, fomentar a continuidade da colonização.

Considerações Finais

A paisagem que foi historicamente constituída e atualmente compõe as Florestas Nacionais de Três Barras e Chapecó apresenta reflexos da ação antrópica. Mesmo que intensificada com o avanço do processo de colonização e, conseqüentemente, desmatamento, esses locais apresentam longo histórico de influência humana pelas populações tradicionais. Assim, não se trata de locais intocados antes da colonização, mas é necessário considerar que as formas de uso do meio ocorreram de formas distintas nesses diferentes momentos de

ocupação, o que também influencia na amplitude dos resultados dessa interação entre humanos e mundo natural. A descaracterização da paisagem original da Floresta Ombrófila Mista é acentuada ao longo do século XX.

Para essa descaracterização, também contribuiu a inserção de espécies exóticas para o chamado reflorestamento, que neste caso consistiu no plantio de árvores para fomentar as atividades madeireiras. Diferente do modelo de parques nacionais, as florestas nacionais estudadas integram uma categoria que priorizou o aspecto econômico quando foram fundadas, assumindo apenas recentemente funções mais voltadas à conservação da vegetação nativa.

Referências

- BRANDT, Marlon; MORETTO, Samira Peruchi. The Caboclo population of the Araucaria forest of Santa Catarina: common use of land, expropriation and marginalization. **HALAC – Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña**, v. 12, n. 2, 2022, p. 55-80.
- CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. O Instituto Nacional do Pinho e a questão do reflorestamento. In: NODARI, Eunice Sueli; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; ZARTH, Paulo Afonso (orgs). **Fronteiras fluidas: florestas com araucárias na América Meridional**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 77-97.
- CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). **Paisagens textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.
- GOULARTI FILHO, Alcides. Formação Econômica de Santa Catarina. **Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE)**, 2007. 25p.
- MACHADO, Sebastião do Amaral (coord.). **Inventário nacional das florestas plantadas nos Estados do Paraná e Santa Catarina**. Brasília: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, 1984.
- NODARI, Eunice Sueli. As florestas do sul do Brasil: entre discursos de preservação e ações de devastação. In: FRANCO, José Luiz de Andrade et al. (Orgs.). **História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. P. 241-260.
- RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico no Oeste catarinense**. Chapecó: Grifos, 2006.
- SILVA, Claiton Marcio da; HASS, Monica. “O Oeste Catarinense não pode parar aqui”. Política, agroindústria e uma história do ideal de progresso em Chapecó (1950-1969). **Tempo e Argumento**, v. 9, n. 21, p. 338 - 374. maio/ago. 2017.